

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa SEMANAL

|                  |               |                     |  |
|------------------|---------------|---------------------|--|
| EXPRESSO         |               | AVANTE              |  |
| SEMPRE FIXE      |               | PORTUGAL SOCIALISTA |  |
| TEMPO            | 24. JAN. 1980 | POVO LIVRE          |  |
| O JORNAL         |               | ALAVANCA            |  |
| NOVA TERRA       |               | UNIDADE             |  |
| VOZ PORTUCALENSE |               | LUTA POPULAR        |  |
|                  |               | PODER POPULAR       |  |
|                  |               |                     |  |
|                  |               |                     |  |

## Tempo polémica



**CARLOS VIVEIROS**

Se a pilula anti-maniqueísta que Eanes prescreveu à nova maioria e ao Governo é a obtusa conclusão de um diagnóstico assente no temor de que uma e outro se unam em exercícios de raiva sistematizada contra os diplomatas e as nomeações dos gabinetes socialistas, podem os ilustres boticários constitucionais dormir descansadamente.

Embora este parlamento — como o anterior — não esteja dissolvido, e, mesmo assim, febrilmente entregue ao destroço ou neutralização de todas as medidas positivas do penúltimo Executivo, apesar de o Governo — como o precedente — não ser transitório e com a duração marcada de cento e poucos dias, aproveitar-se-á tudo o que de útil estiver feito, sem discriminações ideológicas, nem mudanças sugeridas por mesquinhos interesses partidários.

Isto é uma coisa. Outra, porém, e bastante diferente, ressumbra da ideia peregrina de que nada se deve alterar.

A nossa representação na Unesco, por exemplo. José Carlos Vasconcelos em «O Jornal», e Fernando Piteira Santos no «Diário de Lisboa» — periódicos que são andares distintos do mesmo arranha-céus marxista — servem-se de idênticos argumentos para defender a permanência de Maria de Lurdes Pintasilgo à testa daquela chancelaria.

Ambos invocam as suas qualidades, referem os dois a «injustiça» de se não confirmar naquele posto quem o abandonou apenas para servir o país em funções ministeriais, barafustam um e outro contra o que dizem ser uma «desconsideração» feita ao Presidente da República — cada qual escorado na insidiosa conjectura de os governantes obedecerem tão só a propósitos esconsos do mais absurdo revanchismo.

Ora tudo isto são mentiras.

A verdade nua e crua assenta em duas coisas: confiança política e alternância do poder.

Exactamente a mesmíssima confiança que, com o beneplácito de Eanes, Maria de Lurdes Pintasilgo, e João Figueiredo, foi invocada por Daniel Amjar para demitir os seus colegas de administração na empresa editora do vespertino «A Capital».

Este propôs o afastamento dos gestores que lhe recusaram apoio na exoneração do respectivo director — Francisco Sousa Tavares — com o argumento de que aqueles haviam «perdido a sua confiança».

Na altura — e vão lá poucas semanas — nem o Presidente da República, nem o Chefe do Governo, nem o ministro da pasta ou qualquer outro executante da orquestra sinfónica de esguarda, se lembraram de contestar os fundamentos dessa decisão.

Agora, se quiserem ser coerentes, fazendo jus a um mínimo de decoro, devem atribuir aos novos responsáveis o mesmíssimo direito.

Por outro lado, a alternância do poder que Ramalho Eanes enaltece a cada passo, implica, forçosamente, situações deste tipo.

Ou, então, a dita alternância não é mais do que uma «evolução na continuidade». Diga-se tudo: evolução de muitos, na continuidade de uns tantos.

Ai está. Em poucas palavras. Para Eanes meditar, Maria de Lurdes Pintasilgo reconhecer e o conselho de ministros decidir. Amém.

No último dia de Dezembro houve uma data de miúdos que, celebrando o fecho do Ano Internacional da Criança, entrevistaram o Presidente da República através dos microfones da RDP. Coisas de hoje, no Portugal dos Pequeninos ... que o dos Grandes, foi ontem, e deram cabo dele. Enfim ...

Para uma das crianças, chamada Paulo, o Chefe do Estado definiu assim «democracia»: «é uma espécie de sala onde todos os móveis de que gostamos, se podem colocar. Sem a sala, os móveis não servem, na medida em que não se poderiam colocar suficientemente resguardados e poderiam acabar por se perder ou por se partir, e não ser utilizados».

Pena, meu caro Paulo, que em vez de, ou melhor, antes de democracia, lhe não tenhas perguntado o que era Pátria. Mas eu digo-te: a Pátria é a casa, sem a qual não há salas, nem móveis, nem nada.

O Presidente — ele e outros — estão dispostos a perder a Pátria para salvarem a democracia. Em vez de escorarem a casa, arrumam as salas.

Como é que os havemos de arrumar a eles, Paulo?

Criança sofre ...